



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES, REFERENTE À CAMPANHA SALARIAL DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DO IPA - DATA-BASE - 1º DE SETEMBRO DE 2026.

A presente pauta de reivindicações fundamenta-se nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco - SINTAPE, no dia 27 de maio de 2026, concernentes às reivindicações dos trabalhadores, cumpridas as formalidades legais pelo Estatuto Social do Sindicato. Após consulta ao conjunto de empregados do IPA

CLÁUSULAS NOVAS

CLÁUSULA PRIMEIRA – GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

O IPA concederá a seus empregados por ocasiãodas férias, uma gratificação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). A referida gratificação corresponde a complementação do 1/3 (um terço) assegurado na Constituição Federal.

Os empregados cujo valor de 1/3 (um terço), garantido na Constituição Federal, ultrapasse a referida gratificação, não farão jus à mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA – SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

O IPA cumprirá a partir da vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho, o Salário Mínimo Profissional previsto na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, como Salário Base dos empregados investidos nos cargos efetivos que exijam formação universitária em Engenharia, Agronomia, Veterinária, Química e Arquitetura.

Parágrafo Primeiro: O valor do referido piso será estendido a todos os empregados de nível superior;

Parágrafo Segundo: Para os empregados de nível médio, serpa pago o percentual de 66% (sessenta e seis por cento) do referido piso;

Parágrafo Terceiro: Para os empregados de nível fundamental, será pago o percentual c

O Sintape em caso de descumprimento por parte do IPA ajuizará reclamação trabalhista e promoverá ação de cumprimento da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – GRATIFICAÇÃO SAD-RH

O IPA implantará uma Gratificação no valor de R\$ 1.200,00 (Hum mil reais), para os empregados que participem diretamente no sistema de folha de pagamento (SAD-RH).

CLÁUSULA QUARTA – REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O IPA realizará Concurso Público visando atender suas necessidades de pessoal técnico (extensionista, pesquisador e profissssionais da área de recursos hídricos), provocadas especialmente diante da possível universalização dos Serviços de Ater, preconizada na Lei



12.897 que instituiu a ANATER, de maneira a atender no mínimo 60% dos agricultores familiares do estado de Pernambuco, bem como suprir suas necessidades, quanto ao pessoal administrativo, assistente técnico de pesquisa (laboratório e campo) e assistente de recursos hídricos, publicado em edital no prazo máximo de 180 dias a partir da assinatura deste Acordo Coletivo.

CLÁUSULA QUINTA – INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO

O IPA incorporará a gratificação na remuneração de seus empregados que completarem 05 anos recebendo gratificação de função.

CLÁUSULA SEXTA – INCENTIVO POR MUNICÍPIO EXTRA DE ATUAÇÃO

O IPA deverá manter pelo menos um (01) extensionista por cada escritório municipal de ATER.

Em caso de descumprimento, o IPA concederá um incentivo para quem atende mais de um escritório com base na taxa de interiorização e, nos municípios em que não haja a taxa, deve-se levar em conta o percentual mínimo de 20% em cima do salário base.

CLÁUSULA SÉTIMA – REFORMA E REATIVAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

A empresa se compromete a realizar a reforma e reativação dos alojamentos do IPA, tanto nas gerencias quanto nas estações experimentais.

CLÁUSULA OITAVA – FLEXIBILIDADE DE HORÁRIOS PARA MULHERES NO CAMPO

Flexibilidade de horários de atividades/ visitas técnicas em campo para que as funcionárias possam evitar as idas ao campo sozinhas em horários de pouco fluxo de pessoas, evitando assim maiores exposições ao risco de violência contra a mulher.

CLÁUSULA NONA – AUXÍLIO COMBUSTÍVEL

Possibilidade de auxílio combustível para quem vai de carro próprio ao trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR)

Propõe-se a implementação de um programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), vinculado ao desempenho institucional do IPA e ao cumprimento de metas por parte de seus empregados. Como entidade de economia mista, o IPA pode adotar este modelo de remuneração variável, amplamente utilizado no setor público e privado, como forma de estimular a produtividade, o engajamento e o alinhamento com os objetivos estratégicos da instituição. Criar uma Comissão para Estudo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PROGRAMAS DE BEM-ESTAR E SAÚDE MENTAL

Recomenda-se a criação de programas permanentes voltados ao bem-estar e à saúde mental dos trabalhadores. As ações podem incluir suporte psicológicos, convênios com academias ou oferta de auxílio financeiro para prática de atividades físicas, palestras sobre qualidade de vida e saúde emocional, entre outras iniciativas que visem o cuidado integral com os servidores.

A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-01) estabelece as disposições gerais de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) no Brasil. Ela define os deveres e direitos de empregadores e empregados, urbanos e rurais, e estabelece diretrizes para gerenciamento e prevenção de riscos ocupacionais.

A partir de 26 de maio de 2026, as empresas são obrigadas pelo Ministério do Trabalho a incluir os riscos psicossociais (como estresse, assédio moral e esgotamento) em seus programas de prevenção e gestão de saúde ocupacional. Torna obrigatória a gestão dos riscos que afetam a saúde mental dos trabalhadores. Aplicam-se a todas as empresas com pelo menos 01 funcionário registrado pela CLT

A NR 01 (Norma Regulamentadora nº 01) é a base do sistema de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) do Brasil. Ela estabelece as diretrizes gerais e obriga as empresas a implementarem o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), incluindo agora a obrigatoriedade do mapeamento de riscos à saúde mental e fatores psicossociais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VALE-CULTURA

Recomenda-se a implementação do Vale-cultura, benefício facultativo que pode ser concedido por empresas em situação regular com a Receita Federal. O benefício consiste no crédito mensal de R\$100,00 por empregado, disponibilizado em cartão magnético, para aquisição de produtos e serviços culturais (livros, ingressos de cinema e teatro, cursos, etc). O crédito é cumulativo e não possui prazo de validade, contribuindo para o acesso à cultura e o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXIGÊNCIA DE QUADRO PRÓPRIO PARA CARGOS DE GESTÃO INCLUINDO EXTENSÃO, PESQUISA, RECURSO HÍDRICOS.

Propõe-se que os cargos de gestão do IPA sejam exclusivamente ocupados por empregados do quadro próprio da instituição. Essa medida reforça a valorização dos servidores de carreira, assegura maior compromisso com os objetivos institucionais de longo prazo e promove a meritocracia e a profissionalização da gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGULARIZAÇÃO DE CONSELHO PROFISSIONAL

O IPA promoverá anualmente:

- I – Intermediação junto aos conselhos para negociação de dívidas com condições facilitadas;
- II- Ajuda de custo parcial ou total para pagamento das anuidades, mediante critérios a serem



definidos em ato normativo interno;

III- Concessão de até 01 dia úteis de abono para fins de regularização documental junto ao órgão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – TRABALHO REMOTO

O empregado terá direito de trabalhar remotamente quando houver necessidade comprovada, desde que comprove que tenha estrutura em sua residência para fazer sua tarefa eficazmente.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBSÍDIO PLANO DE SAÚDE

O IPA efetuará o pagamento do subsídio do Plano de Saúde para o empregado que estiver afastado para tratamento de saúde por prazo indeterminado, correspondente ao período de tratamento, independente do CID, até o retorno do mesmo a suas atividades laborais.

O empregado do IPA, após o seu desligamento da empresa, poderá permanecer vinculado ao plano de saúde sendo praticado os mesmos valores da tabela do IPA, assumindo integralmente os valores estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EMPREGADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA - REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA 20 HORAS

Direito à redução: A Lei nº 8.112/90 (aplicável aos federais e estendida a estados e municípios por decisão do STF) garante horário especial para o servidor com deficiência ou que tenha dependente/cônjuge com deficiência.

Redução salarial: Não há redução de salário nem necessidade de compensação de horas.

Carga horária de 20 horas: A redução não é automática para 20 horas. O horário especial é concedido de forma individualizada com base na avaliação de uma Junta Médica Oficial, que dita a necessidade exata de tempo livre para tratamentos. Em muitos casos, a jornada cai de 40 para 20 horas semanais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Gratificação gerência

Será concedido aos funcionários, que estejam em cargo de gerência nas regionais do IPA a gratificação com denominação **GRATIFICAÇÃO GERÊNCIA** e não Supervisão 01.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Atualizar os informes na CTPS digital pelo E-social



CLÁUSULAS PRÉ-EXISTENTES NOS ACORDOS ANTERIORES

Ficam consolidadas as Cláusulas **Pré-existentes em Acordos Coletivos Anteriores**, mantendo todos os seus efeitos Legais, com as **alterações e correções** aprovadas em Assembleia e que passam a fazer parte integrante do presente, a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

1.1- As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

1.2- As cláusulas ajustadas no presente Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, integram os contratos individuais de trabalho, mesmo após o término do prazo de vigência estabelecido, podendo ser modificadas ou suprimidas, quando da celebração de um novo Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da empresa acordante, abrangerá a categoria dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente, com abrangência territorial em PE.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

3.1.-Será concedido o reajuste, no índice percentual de 7,31% (sete inteiros, vírgula, trinta e um centésimos), correspondente a 5,01%, com base no IPCA estimado do período de 01 de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026 e 2,3% relativo ao crescimento do PIB do Brasil em 2025, incidente sobre os salários-base vigentes em 1º de setembro de 2026.

3.2.-A fixação do percentual de reajuste salarial constante desta cláusula, orientou-se pelo princípio da livre negociação, do Inc. XXVI, do Art. 7º, da Constituição Federal, de maneira que neste percentual estão incluídos aumentos reais e reposição de perdas, a qualquer título, ficando assim transacionado, por essa via, todo e qualquer resíduo salarial porventura



devido até 31 de agosto de 2.026, o que reconhecem as partes expressamente.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA QUARTA - ANTECIPAÇÃO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

4.1- O IPA antecipará a seus empregados o pagamento do décimo terceiro salário, em parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração, sempre que o empregado interessado formular requerimento, dirigido ao Departamento de Gestão de Pessoas - DEGP, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

4.2- A antecipação, prevista nesta cláusula, incidirá sobre a remuneração auferida pelo empregado no mês da protocolização do requerimento exigido no subitem anterior.

4.3- Fica vedada a antecipação da parcela do décimo terceiro salário no mês de janeiro.

4.4 - Não farão jus a essa antecipação, aqueles empregados que já a tenham percebido por ocasião de suas férias ou mesmo a título de adiantamento entre os meses de fevereiro e novembro.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - FUNÇÃO GRATIFICADA

5.1-. A Empresa acordante proverá as funções gratificadas existentes no seu organograma, com o contingente mínimo de 50% (cinquenta por cento) de empregados sob vínculo de emprego com o IPA, desde que possuam formação profissional que os habilite para o exercício das mencionadas funções.

5.2- Não se aplica a disposição prevista no subitem anterior para o preenchimento dos cargos comissionados.

5.3- Criar comissão para acompanhar



ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

6.1- O IPA pagará adicional de insalubridade aos empregados que desenvolvam atividades laborativas expostos a agentes nocivos à saúde, desde que os níveis insalutíferos estejam acima dos limites de tolerância, e os equipamentos de proteção individual não reduzam a intensidade dos agentes insalubres a limites permitidos pela legislação em vigor. O pagamento deste benefício será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias após o parecer da Unidade SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho).

6.2- A comprovação da eliminação ou neutralização da insalubridade se dará exclusivamente por perícia técnica, realizada por técnicos da unidade SESMT do IPA ou terceirizados.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - AUXÍLIO-EDUCAÇÃO

7.1- O IPA concederá a seus empregados um auxílio-educação, a partir de setembro de 2026, com adimplência mensal, na quantia de R\$ 440,30 (Quatrocentos e quarenta reais e trinta centavos) $(397,99 \times 10,63\% \{4,24\% + 5,13\% - 20\%\})$, por filho (a) dependente na faixa etária entre 06 (seis) e 23 (vinte) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, somente extinguindo-se o direito previsto nesta cláusula quando o dependente atingir a idade de 24 (vinte e quatro anos) completos.

7.2- Na hipótese de existirem empregados cônjuges, apenas 01 (um) deles auferirá o benefício ajustado nesta cláusula.

7.3- O pagamento do auxílio-educação estabelecido na presente cláusula fica condicionado à apresentação ao DEGP, semestralmente, até o quinto dia útil dos meses de março e setembro, de declaração do respectivo estabelecimento, devidamente identificado com timbre e CNPJ.

7.4- O direito previsto nesta cláusula não possui natureza salarial.

CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO-CRECHE / EDUCAÇÃO INFANTIL

8.1 -O IPA concederá auxílio-creche/educação infantil, a partir de setembro de 2025, com adimplência mensal, na quantia de R\$ 440,30 (Quatrocentos e quarenta reais e trinta centavos) $(397,99 \times 10,63\% \{4,24\% + 5,13\% - 20\%\})$, por filho (a) dependente até a faixa etária de 05 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade, somente extinguindo-se o direito em foco quando o menor impúbere atingir a idade de 06 (seis) anos completos.



8.2- Na hipótese de existirem empregados cônjuges, apenas 01 (um) deles auferirá o benefício ajustado nesta cláusula.

8.3 - O pagamento do auxílio-creche/educação infantil, estabelecido na presente cláusula, fica condicionado à apresentação ao DEGP, semestralmente, até o quinto dia útil dos meses de março e setembro, de declaração do respectivo estabelecimento devidamente identificado com timbre e CNPJ.

8.4 - O direito previsto nesta cláusula possui natureza indenizatória, não se constituindo parcela integrativa do salário.

AUXÍLIO SAÚDE e ODONTOLÓGICO

CLÁUSULA NONA - AUXÍLIO-SAÚDE E ODONTOLÓGICO

9.1 O IPA manterá os contratos com entidades do segmento de saúde em grupo, em favor de seus empregados, titulares e dependentes (24 anos), para a prestação de serviços de assistência médica e odontológica.

9.2 O custeio dos planos de assistência médica e odontológica será realizado de forma compartilhada, cabendo ao IPA a participação fixa e obrigatória correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da fatura mensal do plano contratado.

9.3 A parcela remanescente do custo dos planos, correspondente aos 50% (cinquenta por cento) restantes, será suportada pelos empregados, mediante desconto mensal em folha de pagamento, observados os percentuais de participação definidos de acordo com a faixa salarial de cada empregado, conforme as tabelas estabelecidas neste Acordo Coletivo de Trabalho.

9.4 Os percentuais de participação dos empregados no custeio dos planos de assistência médica e odontológica variarão exclusivamente em função da faixa salarial, não se vinculando, condicionando ou alterando a obrigação fixa assumida pelo IPA, prevista no subitem 9.2.

Plano de Assistência Médica Hospitalar

REFERÊNCIAS SALARIAIS - PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS

- De GPO 01 a GPO 28 - 20%
- De GPM 01 a GPM 21 - 20%
- De GPM 22 a GPM 30 - 45%
- De GPS 01 a GPS 26 - 60%
- De GPS 27 a GPS 28 - 85%

Plano de Assistência Odontológica

REFERÊNCIAS SALARIAIS - PARTICIPAÇÃO DOS

EMPREGADOS

- Até R\$ 1.664,60 - 30%
- 1.664,61 a 2.278,12 - 40%
- 2.278,13 a 3.793,22 - 60%

Os empregados vinculados ao plano de saúde contratado pelo IPA receberão assistência médica e odontológica nos termos previstos nesta cláusula, incidindo em seus salários os descontos mensais correspondentes à sua participação no custeio, conforme os percentuais definidos de acordo com a faixa salarial.

Os empregados vinculados ao plano de saúde contratado pela ASSER-PE receberão assistência médica e odontológica nos mesmos valores descritos nos subitens acima e, por conseguinte, incidirão em seus salários os descontos mensais também previstos acima.

Somente poderão figurar como dependentes dos empregados beneficiários dos planos de saúde e odontológico as pessoas reconhecidamente investidas na condição de dependentes do segurado, nos termos estabelecidos no contrato de prestação de serviços de saúde celebrado entre o IPA e a Entidade do segmento de saúde em grupo.

O IPA e o Sindicato constituirão uma Comissão para estudos e apresentação de uma proposta de melhoria nas condições de contribuição dos empregados para o custeio dos planos de assistência médica e odontológica, que, após a aprovação em assembleia, poderá resultar na celebração de termo aditivo ao presente Acordo.

A concessão prevista nesta cláusula não constitui parcela integrante do salário, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos legais.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA

10.1 O IPA concederá a seus empregados, em gozo de auxílio-doença previdenciário, o direito à complementação integral de sua remuneração mensal.

10.2 A obrigação à complementação do auxílio-doença, prevista no subitem anterior, será devida apenas pelo prazo de 06 (seis) meses.



10.3 O evento ensejador do auxílio-doença deverá ser comprovado pelo empregado beneficiário junto ao Departamento de Gestão de Pessoas do IPA.

10.4 A complementação prevista nesta cláusula corresponderá a diferença entre o valor do salário básico, pago ao empregado, acrescido de vantagens remuneratórias permanentes, e o importe adimplido a título de auxílio-doença previdenciário.

10.5 O direito previsto nesta cláusula não possui natureza salarial, sendo automaticamente suprimido com a cessação do benefício previdenciário correlato, respeitado o período máximo avençado nesta cláusula, valendo a condição que primeiro ocorrer.

10.6 Faculta-se ao IPA, após o transcurso do 4.º (quarto) mês de licença previdenciária, submeter o empregado à junta médica, com a finalidade de reavaliar a incapacidade temporária para o exercício de atividade laborativa.

10.7 O empregado, em gozo de auxílio-doença previdenciário, comunicará ao IPA o valor do benefício previdenciário, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, após o crédito do INSS, sob pena de perder o direito à complementação prevista nesta cláusula.

10.8 O IPA efetuará o pagamento da complementação de que trata esta cláusula na mesma data designada para adimplência da folha salarial de seus empregados.

10.9 Na hipótese de o empregado contrair enfermidade que resulte no direito a benefício previdenciário, a Empresa acordante pagará integralmente a remuneração durante o período que anteceder o reconhecimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, obrigando-se, o empregado, a ressarcir, no valor equivalente ao benefício previdenciário, ao IPA, quando sobrevier a adimplência do auxílio-doença previdenciário.

10.10 No caso de o empregado descumprir a obrigação de ressarcir, prevista nesta cláusula, a Empresa acordante promoverá desconto em folha salarial, podendo, cumulativamente, impor-lhe punição disciplinar.

OUTROS AUXÍLIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

11.1 O IPA concederá aos seus empregados ou aos familiares destes, considerando-se como tais: o pai, mãe, cônjuge, companheiro (a), filho (a), um auxílio funeral por de cujus, no valor correspondente, a partir de setembro de 2026, de 5.000,00 (cinco mil reais) em virtude de falecimento do empregado ou de quaisquer de seus familiares retro mencionados, com quitação na folha de pagamento relativa ao mês seguinte ao falecimento, fato este que será comprovado com a entrega, mediante protocolo, do atestado de óbito, no Departamento de Gestão de Pessoas - DEGP.

11.2 Havendo mais de um beneficiário familiar e/ou empregado, o valor do auxílio funeral será rateado em partes iguais entre os beneficiários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO PARA COMPRA DE MATERIAL ESCOLAR

12.1 O IPA concederá a seus empregados, a partir de setembro de 2026, o valor de R\$ 688,32 (seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e trinta e dois centavos) ($622,19 \times 10,63\% \{4,24\% + 5,13\% - 20\%\}$), por cada filho (a), com adimplência anual, no início do ano letivo, com a finalidade de custear a aquisição de material escolar dos filhos que estejam matriculados em estabelecimento de ensino (24 anos) e que já façam jus ao auxílio creche e/ou auxílio educação.

12.2 Na hipótese de existirem empregados cônjuges, apenas 01 (um) deles auferirá o benefício ajustado nesta cláusula.

12.3 O pagamento do auxílio para compra de material escolar estabelecido na presente cláusula fica condicionado à apresentação ao IPA, impreterivelmente, até o quinto dia útil do mês de março do ano em curso, de cupom fiscal acompanhado do recibo emitido pelo estabelecimento comercial, ou apenas nota fiscal identificando o CPF do beneficiário, ou ainda recibo emitido pelo estabelecimento de ensino, quando o material é adquirido na própria escola.

12.4 O direito previsto nesta cláusula não possui natureza salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DEPENDENTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

13.1 O IPA concederá a partir de setembro de 2026, a seus empregados que possuem cônjuge filho(a, os, as) dependente(s), portador(a) de necessidades especiais (deficiência física e/ou mental), declaradamente incapacitado(a) de prover sua própria subsistência, atestado por laudo médico, auxílio correspondente a R\$ 1.621,00 (Um mil, seicentos e vinte e um reais) com a finalidade de custear parcialmente tratamento médico e/ou fisioterápico.

13.2 A concessão do benefício disposto no subitem anterior independe da faixa etária do(a) cônjuge ou do(a) filho(a) portador de necessidades especiais.

13.3 O IPA analisará os pedidos dos empregados, que necessitem exercer atividade laborativa em jornada especial de trabalho com a finalidade de melhor assistir o(a) filho(a) portador de necessidades especiais, reduzindo a carga horária em até 20h semanais, sem prejuízo dos direitos trabalhistas conferidos na legislação em vigor e neste Acordo Coletivo de Trabalho.

13.4 O IPA poderá promover, a pedido, a transferência do(a) empregado(a), beneficiário(a) do direito previsto nesta cláusula, para município do Estado onde haja melhores condições de assistência médico-hospitalar no tratamento da respectiva necessidade especial.

13.5 O direito previsto nesta cláusula somente será devido com a protocolização de

requerimento ao Departamento de Gestão de Pessoas, subscrito pelo(a) empregado(a) interessado(a), juntando o laudo médico atestando a necessidade especial.

quando o empregado apresentar um laudo permanente, não será necessária a atualização anual.

13.6 O direito previsto nesta cláusula possui natureza indenizatória, não se constituindo parcela integrativa do salário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL DE INTERIORIZAÇÃO

14.1 O IPA concederá a seus empregados, desde que em efetivo exercício profissional nas estações experimentais, centros de treinamento e profissionalização, centros de produção e comercialização, gerências regionais e escritórios municipais, descritos na relação utilizada pelo Departamento de Gestão de Pessoas do IPA, adicional de interiorização proporcional à distância entre a sede da empresa e o município onde o empregado beneficiário desenvolva a sua atividade laborativa.

14.2 O adicional de interiorização, previsto no subitem anterior, será adimplido em periodicidade mensal, incidindo sobre o salário-base do empregado beneficiário, obedecida a variação percentual disposta em sucessivo:

a) o adicional de interiorização, correspondente a 10% (dez por cento) sobre o salário-base, para os empregados com atividade laborativa permanente em município distando da sede da Empresa acordante entre 10 km (dez quilômetros) a 50 km (cinquenta quilômetros);

b) o adicional de interiorização, correspondente a 12% (doze por cento) sobre o salário-base, para os empregados com atividade laborativa permanente em município distando da sede da Empresa acordante entre 51 Km (cinquenta e um quilômetros) e 100 Km (cem quilômetros);

c) o adicional de interiorização, correspondente a 15% (quinze por cento) sobre o salário-base, para os empregados com atividade laborativa permanente em município distando da sede da Empresa acordante entre 101 Km (cento e um quilômetros) a 300 Km (trezentos quilômetros);

d) o adicional de interiorização, correspondente a 17% (vinte e dois por cento) sobre o salário-base, para os empregados com atividade laborativa permanente em município distando da sede da Empresa acordante 300 (trezentos e um quilômetros) a 450 Km (quatrocentos e cinquenta quilômetros);

e) o adicional de interiorização, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário-base, para empregado com atividade laborativa permanente em município distando da sede da Empresa acordante com mais de 450 km (quatrocentos e cinquenta quilômetros).

14.3 Na hipótese de o empregado, investido no cargo de pesquisador e extensionista, com lotação nas estações experimentais, centro de treinamento e profissionalização e centros

de produção e comercialização descritos na relação utilizada pelo Departamento de Gestão de Pessoas, vir a cursar pós-graduação em instituição regular de ensino, terá garantido o direito ao multicidadão adicional durante o período do curso de pós-graduação.

14.4 O direito, previsto nesta cláusula, não constitui parcela integrativa do salário dos empregados que fazem jus ao benefício.

14.5 O adicional de interiorização passa a incluir a base de cálculo do décimo terceiro salário e do terço constitucional de férias.

14.6 O adicional de interiorização, previsto nesta cláusula, somente será devido aos servidores da IPA cedidos formalmente aos órgãos e entidades da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca. De acordo com a distancia estabelecida 14.2

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TICKET ALIMENTAÇÃO

15.1 A partir de 1.º de setembro de 2026, o IPA concederá ticket alimentação a seus empregados, no valor unitário de R\$ 30,98 (trinta reais e noventa e oito centavos) (28 x 10,63% {4,24% + 5,13% – 20%}) totalizando o quantitativo mensal de 22 (vinte e dois) tickets ao mês, correspondente ao valor de R\$ 681,56 (seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos) com entrega aprazada para até o último dia útil do respectivo mês de competência.

15.2 Nos casos dos empregados afastados das atividades laborais, só farão jus ao direito previsto no subitem anterior os afastados por gozo de férias ou licença-prêmio especial e os afastamentos por licença médica limitada a 15 dias.

15.4 O IPA fica autorizado a promover o desconto de R\$ 1,00 (Hum real) nos salários dos empregados.

15.5 O ticket alimentação não possui natureza salarial ou remuneratória, portanto, não integra a remuneração do empregado para qualquer finalidade.

15.6 Gratificação Natalina, criação de uma parcela adicional, a ser paga em dezembro, nos valores de R\$ R\$ 681,34 (seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ABONO PIS/PASEP

16.1 O IPA poderá pagar em folha salarial os abonos e compensações devidas à título dos fundos de participação PIS/PASEP.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VALE-TRANSPORTE

17.1 O IPA concederá a seus empregados vales-transportes com crédito suficiente a permitir os seus deslocamentos no percurso residência-trabalho e vice-versa, em conformidade com a Lei 7.418/85.

17.2 O vale-transporte, previsto nos subitens anteriores, será concedido mediante desconto mensal em folha salarial correspondente aos seguintes percentuais: 0.5% (meio por cento) do salário básico do empregado ocupante de cargo de nível de escolaridade fundamental; 1.00% (um por cento) do salário básico do empregado ocupante de cargo correspondente ao nível de médio escolaridade e 1.5% (um e meio por cento) do salário básico do empregado ocupante de cargo de nível de escolaridade superior.

17.3 O direito previsto nesta cláusula se limita ao quantitativo de vale-transporte necessário ao deslocamento residência-trabalho e vice-versa nos dias úteis de efetivo trabalho.

17.4 O IPA promoverá estudos para levantamento sobre as reais necessidades de trajeto e locomoção de seus empregados.

17.5 Os empregados que se declararem usuários do direito em epígrafe farão requerimento por escrito, ao Departamento de Gestão de Pessoas da Empresa, indicando o seu endereço residencial e o serviço de transporte coletivo público mais adequado para o seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

17.6 O título previsto nesta cláusula não possui natureza salarial.

17.7 Os valores devidos pelos empregados, a título de participação na aquisição dos vales-transportes, serão descontados na folha de pagamento do mesmo mês do recebimento.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - VERBAS RESCISÓRIAS

18.1 O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

- a) Até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou
- b) Até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

18.2 Na hipótese de eventual inadimplência no pagamento de verbas rescisórias, devidas a seus empregados, a Empresa acordante pagará a multa rescisória prevista no artigo



477, da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA

19.1 O IPA pagará parcela indenizatória única, correspondente a 12 vezes o último salário base do empregado, em virtude da efetiva terminação do contrato individual do trabalho, quando o empregado manifestar a renúncia prevista na Cláusula Vigésima Sexta por ocasião da concessão da aposentadoria por idade, por tempo de serviço e especial, aposentadoria (75 anos, incluindo que foram integrados por decisão judicial)

19.2 O direito previsto nesta cláusula não constitui parcela integrativa do salário.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

20.1 Os contratos individuais de trabalho, celebrados entre o IPA e seus empregados, ficam expressamente alterados a se permitir a acumulação de empregos, desde que as jornadas de trabalho de um e outro se afigurem compatíveis entre si.

20.2 Os empregados que ocupam os cargos de Pesquisador e Extensionista poderão desenvolver, na integralidade, as atribuições inerentes a qualquer um desses dois cargos, desde que cumpram uma só jornada de trabalho, tendo em vista, que pelo exercício cumulativo das funções receberão um só salário e demais benefícios, sendo vedada a acumulação de remuneração e vantagens.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO PCCS

21.1 O IPA fará a homologação e implementação da versão criada pela Comissão do seu Plano de Cargos, Carreira e Salários, referente ao ano de 2025 com todas as etapas previstas, Avaliação de Desempenho, Antiguidade, Titularidade e Capacitação



Profissional, no prazo de 90 dias a partir da assinatura deste Acordo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO DE PROMOÇÕES

22.1 O IPA promoverá publicação no boletim de comunicação administrativa, ou noutro periódico informativo acessível aos empregados, promoções gerais e periódicas, havidas na esfera empresarial.

QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

23.1 O IPA apresentará ao SINTAPE, anualmente, até o mês de março, um plano de capacitação de pessoal e planejamento de recursos humanos para o respectivo exercício.

23.2 No plano de capacitação a que alude o subitem anterior, também estão incluídos os programas desenvolvidos pela EGAPE - Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco, que beneficiarão os integrantes do quadro de pessoal e empregados cedidos de outras empresas e entidades públicas, que estejam em efetiva atividade laborativa no âmbito do IPA.

23.3 O IPA envidará esforços com a finalidade de proporcionar aos empregados acima mencionados, programa de treinamento, atualização profissional, aperfeiçoamento e especialização vinculados à sua área de atuação na empresa.

23.4 O IPA instituirá comissão paritária para criar um plano que possibilite a todos os seus empregados, a oportunidade de realizarem cursos de graduação e pós-graduação relacionados à atividade por eles desenvolvida na empresa, os quais serão submetidos à análise da SAD.

23.5 A participação dos empregados em treinamentos externos será promovida nos termos dos Decretos Estaduais nº 40.200 de 13/12/2013 e 39.842 de 19/09/2013. 23.6 O IPA envidará esforços, junto a SAD/ EGAPE para a celebração de convênios com Faculdades na Cidade do Recife e nas cidades do interior do estado, com a finalidade de obter descontos mais vantajosos aos seus empregados, facilitando a capacitação profissional em benefício do Instituto. O desconto será extensivo aos dependentes e cônjuges.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - TREINAMENTO

24.1 O IPA manterá programa permanente de treinamento, com a finalidade de manter os empregados integrantes do seu quadro de pessoal e aqueles que estão cedidos



regularmente e prestam serviços no âmbito do IPA, sob intensa atualização profissional, aperfeiçoamento e especialização.

24.2 O programa permanente de treinamento de que trata o subitem anterior será desenvolvido pelo IPA, diretamente ou através da EGAPE - Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco.

24.3 As participações dos empregados em treinamentos externos serão promovidas nos termos dos Decretos Estaduais nº 40.200 de 13/12/2013 e 39.842 de 19/09/2013

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - TRANSFERÊNCIAS

25.1 O IPA estudará a criação de mecanismos, na órbita do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, de modo a regular criteriosamente as transferências de empregados por necessidade de serviço.

25.2 Quando o empregado for submetido à transferência de lotação, decorrente de necessidade de serviço, e que comprovar mudança de domicílio, o IPA garantirá o deslocamento do mobiliário, objetos de uso pessoal e equipamentos domésticos de tal empregado.

ESTABILIDADE GERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - GARANTIA DO EMPREGO

26.1 Durante a vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho, os empregados do IPA gozarão de garantia no emprego, na forma estabelecida no parágrafo 4.º e caput do art. 41, da Constituição Federal de 1988, sendo vedada a despedida arbitrária.

26.2 O despedimento dos empregados do IPA titulares da garantia de emprego adquirida nos moldes do parágrafo

4.º e caput do art. 41 da Constituição Federal de 1988, somente será admitido nas hipóteses elencadas no artigo 482, da Consolidação das Leis do Trabalho.

26.3 Os empregados que tencionarem obter a terminação dos seus contratos individuais de trabalho, por iniciativa do IPA e sem justo motivo, poderão renunciar à garantia no emprego prevista nesta cláusula.



JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO E DO BANCO DE HORAS

A presente cláusula tem por objetivo estabelecer conceitos e critérios gerais para a administração do sistema de controle de frequência de empregados que exercem sua atividade laboral no IPA, bem como indicar as condições gerais de utilização do banco de horas previsto no art. 59, da CLT.

DA JORNADA DE TRABALHO

1. A jornada de trabalho semanal do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA é de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 8h e 30 minutos, da segunda à quinta-feira, com intervalo para o almoço de 1h (12h às 13h) e na sexta-feira em 6h corridas, de 07 às 13h.
2. A jornada de trabalho semanal deverá ser cumprida, obrigatoriamente, na sua integralidade.

DA JORNADA DE TRABALHO FLEXÍVEL

3. Fica estabelecido que a jornada de trabalho do IPA terá horário flexível, restrito à sede, conforme Acordo Coletivo de Trabalho vigente, respeitando o §2º do art. 59 da CLT.
4. Horário flexível é a flexibilidade de horário, administrado pelo próprio empregado e acompanhado pelo Chefe imediato, para cumprimento da jornada de trabalho, desde que sejam obedecidos os limites do horário núcleo estabelecido pelo IPA.
5. Fica estabelecido que o horário flexível compreende das 07h às 8h59 e das 16h31 às 18h, da segunda a quinta-feira, e na sexta-feira entre 06h30 às 6h59 e das 12h01 às 13h30 não podendo o empregado exercer as atividades laborais antes ou depois desse horário.
6. Aos empregados que não utilizarem o horário flexível, estes cumprirão a jornada de trabalho no horário pré estabelecido pela empresa, de 08h às 12h e 13h às 17h30, de segunda a quinta-feira, e 07h às 13h na sexta-feira, com tolerância de 05 (cinco) minutos antes ou depois do início ou fim de expediente, observado o limite de 10 minutos diários, os quais não serão descontados e nem computados no banco de horas e nem poderão ultrapassar o limite de 60 minutos mensais.
7. Horário núcleo é o horário em que todos os empregados, independentemente do estabelecimento de horário flexível, deverão estar presentes no IPA, CUMPRINDO sua jornada de trabalho.
8. Fica estabelecido que o horário núcleo compreende das 09h às 16h30, de segunda a quinta-feira, com pausa de 01 (uma) hora para o almoço, e na sexta-feira das 08h às 12h.
9. As normas que regulamentarão a rotina de pessoal no tocante ao controle e registro da jornada de trabalho, o registro eletrônico, a ausência de registro ou ausência remunerada e suas consequências são objeto da Instrução Normativa nº 01/2019 emitida pela Presidência do IPA.

DO BANCO DE HORAS

10. Com fundamento no inc. XIII, do art. 7º, da Constituição Federal, e no parágrafo 2º, do art. 59, da CLT, o IPA fica autorizado a fazer uso do banco de horas, estando acordado que o excesso de horas de um dia pode ser compensado pela correspondente diminuição ou ausência de trabalho em outro dia, dentro do período de um ano para o saldo positivo de horas, de maneira que não exceda a soma das jornadas semanais de trabalho previstas na lei ou no contrato, nem seja ultrapassado o limite de duas horas diárias.

11. Para compreensão do sistema de banco de horas, ficam estabelecidos os

seguintes conceitos: I – Controle de frequência é o acompanhamento da assiduidade e pontualidade dos empregados.

II - Sistema de controle automático de frequência é o sistema que permite o registro e controle por meio de equipamento eletrônico da frequência do empregado.

III - Horário flexível é a flexibilidade de horário para cumprimento da jornada de trabalho desde que sejam obedecidos os limites do horário núcleo estabelecido pelo IPA e tenha o acompanhamento do chefe imediato.

IV - Horário núcleo é o horário em que todos os empregados deverão estar cumprindo sua jornada de trabalho no IPA.

V - Horário fixo é o horário, com início e fim pré-determinados, em que o empregado que não está incluído no horário móvel e deverá cumprir a sua jornada de trabalho.

VI - Horário móvel é a flexibilidade de horário para cumprimento da jornada de trabalho desde que obedecidos os limites do horário núcleo estabelecido pelo IPA e respeitado o intervalo para o repouso e alimentação. O horário móvel é composto pelo horário núcleo e horário flexível.

VII - Crédito de horas móveis é o tempo trabalhado no horário flexível que somado ao tempo trabalhado no horário núcleo estabelecido ultrapasse a jornada de oito horas e trinta minutos de segunda a quinta-feira, e de seis horas nas sextas-feiras.

VIII - Débito de horas flexíveis é o tempo não trabalhado que não complete as jornadas de trabalho definidas no item VII.

IX - Saldo de horas flexíveis é o resultado final entre créditos e débitos de horas flexíveis do empregado em determinado período.

X - Horas excedentes é o tempo trabalhado no horário flexível além dos limites estabelecidos da jornada de trabalho definida no item VII, mediante autorização expressa pelo chefe imediato, solicitada através de um formulário preenchido pelo empregado, Anexo III da Instrução Normativa nº 01/2019.

XI - Saldo de horas excedentes para compensação são as horas excedentes convertidas para compensação de ausências e folgas, mediante autorização gerencial e concordância

do empregado.

xii - Espelho de ponto é o documento oficial que contém todos os registros de frequência válidos pelo gerente e pelo empregado.

12. As horas excedentes trabalhadas em um dia, previamente informadas e autorizadas pela gerência imediata do empregado, poderão ser compensadas pela correspondente diminuição de horas de trabalho a partir do dia seguinte, sem qualquer efeito pecuniário ao trabalhador, respeitando, contudo, o limite máximo da jornada diária de 10 horas, conforme Instrução Normativa nº 01/2019.

13. A utilização do banco de horas será efetuada após a autorização dos gerentes, seguindo os relatórios apresentados pelo Departamento de Gestão de Pessoas - DEGP.

14. O saldo de horas flexíveis do empregado no mês, positivo ou negativo, será deslocado automaticamente pelo sistema para o mês subsequente, por ocasião do fechamento mensal da frequência.

15. O saldo positivo de horas excedentes não poderá ultrapassar o período de (01) um ano e nem ultrapassar o limite máximo de dez horas mensais.

16. O saldo negativo de horas flexíveis não poderão ultrapassar o período de três meses.

17. Caso o empregado, no período de três meses, não proceda com a compensação da jornada, o saldo negativo apurado será descontado da sua remuneração nos meses de dezembro, março, junho e setembro.

DO REGIME DE ESCALA DE TRABALHO 12x36

18. No caso específico dos empregados que exercem o cargo de Auxiliar Operacional, e com base no permissivo do artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, e artigo 59-A, da CLT, o IPA fica autorizado a adotar a escala de trabalho de 12 (doze) horas de serviço por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

19. O horário de trabalho mediante a escala de 12 X 36, já consagra a compensação dos dias de repouso, não sendo devido ao empregado a dobra, em virtude do trabalho nos domingos, dias santos e feriados.

DA AUSÊNCIA DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA

20. A ausência de registro de frequência, não será descontada do empregado exclusivamente nos casos abaixo:

I – Falecimento do conjugue, companheiro(a), ascendente, descendente, irmão e dependente inscrito na CTPS;

II – casamento;



- III - doação voluntária de sangue;
 - IV - para se alistar como eleitor;
 - V - para cumprir exigência do serviço militar;
 - VI - no dia em que tiver realizado exame vestibular para o ingresso em estabelecimento de ensino superior;
 - VII - quando convocado pelo Poder Judiciário;
 - VIII - representante de entidade sindical que participe de reunião oficial de organismo internacional;
 - IX - licença paternidade e maternidade;
 - X - viagem a serviço;
 - XI - capacitação (treinamento, curso, palestras, simpósios congressos, etc.);
 - XII - licença médica/ odontológica;
 - XIII - serviço externo dependendo das atribuições do cargo do empregado;
 - XIV - quando candidato a cargo eletivo;
 - XV - por até 07 (sete) dias em caso de internação hospitalar de cônjuge, companheiro (a), ascendente, descendente, ou pessoa que, declarada na CTPS, viva sob dependência econômica devendo ser comprovado através de guia de internação hospitalar;
 - XVI - por 7 (sete) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, companheiro (a), ascendente, descendente e irmão;
 - XVII – circunstância excepcional, a critério da chefia imediata, mediante justificativa por escrito ao DEGP, limitada a 1(um) dia por mês, não acumulativa.
19. Para comprovação das situações discutidas nas alíneas de I a XVI serão necessárias as comprovações conforme Instrução Normativa de Jornada de Trabalho vigente.
21. As faltas de até 15 (quinze) dias, motivadas por doença, poderão ser comprovadas mediante atestado passado por médico do IPA, por médico da Previdência Social, por médico de repartição federal, estadual ou municipal, por médico do SESC ou SESI, médico do sindicato, associação ou conselho de classe médico do plano de saúde credenciado ao IPA ou médico da escolha do empregado.
22. Os casos em que a ausência ao trabalho por motivo de doença extrapolar os referidos 15 (quinze) dias serão encaminhados à perícia médica do INSS.
23. Quando na execução de trabalho externo que impossibilite o empregado de registrar o ponto, deverá ser preenchido formulário de registro de frequência (Anexo II da IN nº 01/2019), devidamente atestado pela chefia imediata, não sendo permitido registros iguais em todos os dias e/ou horários de marcação.

24. O empregado deve comunicar à chefia imediata sua ausência por motivo de doença, apresentando-se, ou seu representante legal, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de seu afastamento. Caso essa comunicação não seja realizada, o prazo por abandono de emprego previsto na alínea i, do art. 482 da CLT se incidirá.

25. Outras ausências mencionadas neste acordo, deverão ser comunicadas e justificadas ao chefe imediato no mesmo prazo das demais, 48h.

26. Os atrasos não regulamentados na instrução normativa poderão ser abonados pelo gerente de departamento, em função do motivo que tenha originado, levando-se em conta o perfil e histórico do empregado inassíduo, até 05 (cinco) vezes ao mês, de acordo com o Art. 130 da CLT.

27. Os atestados médicos deverão ser encaminhados pelas Gerências ao DEGP, com a assinatura da chefia imediata do empregado, por meio de CI ou Requerimento Padronizado – RP, devendo suas validades serem atestadas pelo Médico do trabalho do IPA.

28. Os casos omissos de registro de frequência deverão ser comunicados ao Departamento de Gestão de Pessoas, imediatamente.

29. Nas Unidades descentralizadas (Gerências Regionais, Estações Experimentais, Centro de Produção e Comercialização e Centros de Treinamentos) onde exista mecanismos eletrônico ou manual, o procedimento previsto no artigo anterior deverá ser realizado por meio da chefia imediata.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE ESTUDANTE

28.1. O IPA concederá redução da carga horária de trabalho diária em 04 (quatro) horas a seus empregados regularmente matriculados no primeiro, segundo ou terceiro grau e especializações, a nível de pós-graduação, de estabelecimentos de ensino regular, reconhecido pelo Ministério da Educação, nos dias designados à realização de provas e exames.

28.2 O(a) empregado(a) comunicará à Empresa, por escrito, sobre a realização do exame a que alude o subitem anterior, juntando o calendário escolar ou declaração do respectivo estabelecimento de ensino, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, fazendo, sucedaneamente, a comprovação de ter se submetido ao exame de prova escolar referenciado, junto ao DEGP.

28.3 Das 04 (quatro) horas de redução da jornada de trabalho diária, 02 (duas) serão objeto de compensação horária e a outra será abonada pela Empresa.

28.4 A adoção da jornada reduzida de trabalho, não constitui direito adquirido, vigorando temporariamente até a terminação do curso.



28.5 O IPA flexibilizará o horário de expediente do funcionário, de maneira a atender a carga horária de estágio obrigatório, exigida pelo curso, devidamente comprovada por grade curricular da Instituição de ensino.

FÉRIAS E LICENÇAS

LICENÇA MATERNIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - LICENÇA MATERNIDADE/ABORTO

29.1 O IPA continuará concedendo licença maternidade nos termos do programa EMPRESA CIDADÃ, isto é, 180 dias.

29.2 O IPA concederá à empregada, em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, um repouso remunerado de duas (2) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

29.3 O IPA concederá licença paternidade de 20 (vinte) dias corridos aos seus empregados.

LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - LICENÇA FILHO (A) ADOTIVO(A)

30.1 O IPA concederá licença-maternidade, pelo período de 120 (cento e vinte) dias à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, nos termos do art. 392-A da CLT.

30.2 A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregados ou empregada, conforme § 5º do art.392-A da CLT, (incluído pela Lei nº 12.873, de 2013).

30.3 Nos casos de adoção mencionados nesta cláusula, o IPA concederá licença paternidade de 20 (vinte) dias corridos aos seus empregados.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO NAS FÉRIAS

31.1 O IPA cumprirá a obrigação prevista no artigo 145, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, promovendo o pagamento antecipado do salário correspondente ao mês de gozo das férias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - EMPRÉSTIMO DE FÉRIAS

32.1 O IPA, por ocasião da concessão das férias de seus empregados, antecipará o pagamento de 01 (uma) remuneração, mediante requerimento subscrito pelo empregado interessado, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

32.2 Na hipótese do IPA conceder o direito previsto nesta cláusula, promoverá o desconto correspondente ao valor da remuneração antecipada, em folha salarial, fracionado em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, após o esgotamento de carência equivalente a 02 (dois) meses.

32.3 No caso de férias acumuladas, este benefício ficará limitado a um único empréstimo anual.

32.4 Fica terminantemente vedada a cobrança de juros e correção monetária sobre o valor correspondente ao salário antecipado para efeito do desconto previsto no subitem anterior.

32.5 O IPA só concederá o benefício previsto nesta cláusula se o empregado não estiver com pendências de débito de empréstimo de férias de períodos anteriores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA-PRÊMIO ESPECIAL

33.1 As partes acordantes ratificam a extinção do direito à licença-prêmio, a partir de 1.º de janeiro do ano de 2001, subsistindo o direito de os empregados gozarem as licenças-prêmio adquiridas até 31 de dezembro de 2000.

33.2 Uma vez adquirido o direito, nos termos acima, o (a) empregado (a) poderá usufruir, desde que autorizado por seu empregador.

33.3 A licença-prêmio constitui modalidade de licença remunerada do trabalho, com manutenção dos direitos remuneratórios intrínsecos ao contrato individual de trabalho e contagem do tempo de serviço em prol do (a) empregado(a) beneficiário(a).

33.4 Nas hipóteses de terminação dos contratos individuais de trabalho por motivo de aposentadoria, falecimento ou sem justa causa, o Instituto acordante pagará aos



empregados, cônjuges supérstites e dependentes previdenciários, respectivamente, as indenizações substitutivas das licenças – prêmio não gozadas.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FARDAMENTO E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

34.1 O IPA fornecerá gratuitamente a seus empregados uniformes e equipamentos de proteção individual, necessários ao desempenho de suas atividades profissionais, desde que a legislação em vigor exija o fornecimento previsto nesta cláusula, até 90 (noventa) dias após a apresentação do laudo técnico.

34.2 Na hipótese prevista no subitem anterior, o IPA observará recomendação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, para adoção de uniformes e equipamentos de proteção individual.

34.3 Cabe aos empregados observarem as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções expedidas pelo IPA, bem como, colaborar com a empresa na aplicação das normas e procedimentos relativos à Saúde e Segurança do Trabalhador.

34.4 Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada à observância das instruções expedidas pelo empregador, na forma do parágrafo anterior, como também, ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo IPA.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

35.1 O IPA cumprirá as disposições estabelecidas na Norma Regulamentadora n.º 05 – NR 05, mantendo operante a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

35.2 O IPA implantará Comissões Internas para Prevenção de Acidentes, nos termos da Norma Regulamentadora n.º 05 – NR 05 nas Gerências Regionais e Estações Experimentais.



OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA

O IPA poderá manter contrato de seguro de vida em prol dos servidores devendo, para atendimento desta finalidade, processar a contratação de empresa seguradora através de certame licitatório, conforme disposto na Lei nº 13.303/2016 ou para continuidade desse direito, processar por seus próprios meios e recursos, viabilizar a concessão aos beneficiários nos termos deste ACT.

36.1 O IPA providenciará o aumento do valor da apólice do seguro de vida, previsto no subitem anterior, cujo valor será de R\$ 21.349,41 (19.298,03 x 10,63%) (vinte e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos) para seus beneficiários.

36.2 Constitui obrigação do empregado interessado indicar ao Departamento de Gestão de Pessoas do IPA o beneficiário do seguro de vida, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas antes da celebração do respectivo contrato de seguro.

36.3 Compete ao IPA divulgar, previamente, entre seus empregados, a celebração do contrato de seguro de vida, com a finalidade de permitir o cumprimento do disposto no subitem anterior.

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS

37.1 O IPA autorizará o Sindicato profissional a pôr nas suas dependências quadros de avisos, em dimensões idênticas aos utilizados na empresa, em locais de fácil acesso, com a finalidade de divulgar matérias de interesse restrito e exclusivo da categoria profissional, subscritas pelo Diretor Presidente do Sindicato acordante ou por seu eventual substituto, vedada a divulgação de matéria de cunho político partidário ou estranha à atividade sindical.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

38.1 O IPA concederá licença remunerada a seus empregados, eleitos para os cargos de diretoria do Sindicato acordante, ASSER-PE e COOPEMATER, sem prejuízo dos direitos trabalhistas dispostos na legislação em vigor e neste Acordo Coletivo de Trabalho.



38.2 A liberação de que trata o subitem anterior, cessará, automaticamente, ao término do mandato do dirigente sindical.

38.3 O IPA promoverá a liberação temporária de empregados, por 05 (cinco) dias, consecutivos ou não, sempre que o Sindicato profissional formular pedido com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, via ofício, à Direção do IPA, nos casos descritos a seguir: a) um filiado por seção sindical, a cada 90 (noventa) dias; b) a integralidade dos delegados sindicais com representação sobre os empregados, a cada um ano, desde que não advenha prejuízo ao desenvolvimento das atribuições laborais no âmbito da Empresa acordante.

38.4 Os dirigentes do Sindicato acordante terão livre acesso às dependências do IPA, sendo-lhes assegurado o pleno exercício das prerrogativas sindicais nos locais de trabalho.

38.5 O IPA concederá licença remunerada aos empregados investidos na Direção da ASSER-PE e COOPEMATER, o empregado retomará a lotação originária, salvo deliberação contrária da Empresa acordante.

38.6 A garantia prevista no subitem anterior, só será estendida ao ASSER-PE e COOPEMATER, na hipótese de substituição estatutária do Presidente e nos casos de licença-médica e férias deste último.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - TAXA ASSISTENCIAL

O IPA descontará de seus empregados, em folha de pagamento, uma taxa assistencial, nos termos do inciso IV do art. 8.º da Constituição Federal, que deverá ser recolhida ao Sindicato acordante, depois de comprovada no mês de setembro de 2026, por decisão da assembleia, será descontado o valor correspondente ao percentual de 2,0% (dois por cento) considerando como base de cálculo o salário-base,

a) o direito de oposição deverá ser exercido no prazo de 10(dez) dias contados da inscrição deste Acordo Coletivo de Trabalho, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, mediante correspondência endereçada ao Sindicato acordante, com cópia protocolada no Departamento de Gestão de Pessoas do IPA.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

40.1 O IPA enviará ao Sindicato profissional a relação nominal de seus empregados, com cópias das guias de recolhimento de mensalidade sindical, contribuição sindical e taxa assistencial, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias após a adimplência das multicitadas obrigações.



CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - LIBERAÇÃO DE TRABALHADORES

41.1 O IPA garantirá a liberação de seus empregados, visando a participação dos mesmos em assembleias gerais da categoria profissional, bem assim em outros eventos relacionados às campanhas salariais promovidas pelo Sindicato acordante.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

42.1 O IPA e o Sindicato constituirão uma Comissão de Resolução de Conflitos, composta por representante do Sindicato acordante, com a finalidade de analisar previamente os conflitos eventualmente provindos da aplicação deste acordo coletivo de trabalho e da legislação do trabalho, de modo a subsidiar deliberação final da Direção da Empresa.

42.2 A Comissão, prevista no subitem anterior, será constituída no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do registro deste Acordo Coletivo de Trabalho na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

43.1 O IPA pagará uma multa, por descumprimento das obrigações de fazer, previstas neste acordo coletivo de trabalho, no valor correspondente a R\$ 300,00 (trezentos reais), por cada cláusula porventura descumprida, em favor do(a) empregado(a) prejudicado(a) no período compreendido entre 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027.

43.2 A multa prevista no subitem anterior, somente será devida uma única vez, a partir da prévia comunicação, firmada pelo Sindicato acordante, à Empresa acordante, sobre a infração a quaisquer dos direitos estabelecidos deste acordo coletivo do trabalho.

43.3 A aplicação da multa, prevista nesta cláusula, respeitará o limite da obrigação principal disposto no artigo 412, do Código Civil Brasileiro.



OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ACESSO ÀS INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

44.1 IPA assegurará a seus empregados o acesso às informações constantes em suas fichas funcionais (registros de empregados), podendo copiar o seu inteiro teor ou obter declaração sempre que formular requerimento ao DEGP com essa finalidade.

44.2 Na hipótese de o empregado identificar anotação errônea na sua ficha de registro, deverá escrever requerimento para retificação junto ao DEGP.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ESTÍMULO À APOSENTADORIA

45.1 O IPA constituirá comissão paritária, composta por representantes do Sindicato Profissional e da Empresa signatária deste instrumento normativo, com a finalidade de promover estudos relativos à implantação de plano de previdência privada, prevendo a complementação de renda como fator de estímulo à aposentadoria dos empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - FORTALECIMENTO DA EMPRESA

46.1 O IPA garantirá a participação de empregados, indicados pelo Sindicato acordante, na elaboração de planos de trabalho a serem desenvolvidos na esfera da empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

47.1 A Empresa acordante não imporá restrição ou sanção a empregados que movam reclamações trabalhistas postulando eventuais direitos, exceto quando declarados judicialmente como litigantes de má-fé.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - SUBSTITUIÇÃO DE COMISSIONADOS/FUNÇÃO GRATIFICADA

48.1 O IPA pagará ao empregado (a) ou servidor (a) que esteja lhe prestando serviços mediante cessão, chamado a ocupar função gratificada ou cargo comissionado, interinamente, ou mesmo em regime de substituição eventual ou temporária, a diferença resultante da gratificação correspondente ao cargo do substituído.

48.2 A concessão outorgada no subitem antecedente será automaticamente suprimida ao



término da substituição pré mencionada, que não poderá ser inferior ao lapso temporal de 30 (trinta) dias.

48.3 O benefício de que trata esta cláusula, será estendido aos servidores cedidos de outras Empresas Públicas ou Órgãos Públicos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - MORADIA

49.1 O IPA assegurará aos empregados que residem nos locais de trabalho ou em imóveis funcionais, moradia em condições de habitabilidade.

49.2 Compete exclusivamente ao empregado, ocupante dos imóveis descritos no subitem anterior, custear a conservação e manutenção deles, bem como recolher aos cofres do IPA, através de folha de pagamento, da taxa de ocupação.

49.3 Fica vedada a ocupação dos imóveis descritos acima para empregados ou familiares de empregados que terminaram ou que venham a ter os seus contratos de trabalho rescindido.

49.4 A concessão disciplinada nesta cláusula não constitui parcela integrativa do salário.

49.5 Fica vedada a cessão ou transferência a terceiros, a qualquer título, do direito de moradia previsto nesta cláusula, ainda que em regime parcial ou temporário.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Direção da Empresa acordante promoverá eleição de representante dos empregados para fins de participação no Conselho de Administração do IPA, obedecendo o disposto na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONCILIAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

51.1- O Sindicato Profissional envidará esforços com a finalidade de promover a conciliação entre a empresa acordante e os reclamantes, seus empregados, que ajuizaram reclamações trabalhistas, cujos processos encontram-se em andamento na Justiça do Trabalho.

51.2 O Sindicato Profissional poderá dar quitação quanto ao passivo trabalhista, desde que expressamente autorizado pelo empregado, por escrito, mediante o pagamento dos valores estipulados na tabela abaixo.



51.3- As reclamações trabalhistas que atinjam o valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) serão pagas na sua integralidade. 10.001,00 (Dez mil e um reais) até R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), o pagamento será equivalente ao percentual de 80% (oitenta) por cento da quantia devida.

51.4- As reclamações trabalhistas cujo valor total atinja a quantia de R\$ 20.001,00 (Vinte mil e um reais) até R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), o pagamento será equivalente ao percentual de 70% (setenta) por cento da quantia devida.

51.5- As reclamações trabalhistas cujo valor total atinja a quantia de R\$ 30.001,00 (trinta mil, e um reais) até R\$ 41.000,00 (Quarenta e um mil reais), o pagamento será equivalente ao percentual de 60% (sessenta) por cento da quantia devida.

51.6- As reclamações trabalhistas cujo valor total atinja a quantia superior a R\$ 41.000,00 (Quarenta e um mil reais), o pagamento será equivalente ao percentual de 50% (cinquenta) por cento da quantia devida.

51.7- As reclamações trabalhistas cujo valor total atinja a quantia superior a R\$ 41.000,00 (Quarenta e um mil reais), o pagamento será equivalente ao percentual de 50% (cinquenta) por cento da quantia devida.

51.8- O IPA pagará os honorários advocatícios, no percentual máximo de 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor conciliado, devendo o reclamante arcar com o pagamento do valor restante, equivalente ao percentual de 5,0% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO DA RECLASSIFICAÇÃO AO TÉRMINO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Em razão da implantação da primeira e segunda etapa do enquadramento previsto no PCCS, correspondentes a inserção dos empregados na tabela salarial, o que ocorreu em setembro de 2008, e a implantação do tempo de serviço considerado até o ano de 2008, ocorrida em junho de 2010, as partes ajustam a extinção da reclassificação dos empregados que ocupam o cargo de pesquisador (a) após a conclusão dos cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, constante no artigo 17 da Norma Regulamentar e de Procedimentos do Programa de Pós-Graduação do IPA, o que reconhecem as partes expressamente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - PRÊMIO PRODUTIVIDADE

Com o intuito de assegurar aos empregados do IPA (extensionistas e assistentes técnicos envolvidos na elaboração de crédito rural), a percepção de prêmio produtividade, que será custeada com recursos recebidos pelo IPA, na taxa de elaboração e execução de planos e/ou projetos de crédito rural, o IPA e SINTAPE realizarão estudos e análise de viabilidade técnica e jurídica de implantação de tal benefício.



CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - PROGRESSÃO SALARIAL POR TITULAÇÃO

55.1 Os empregados efetivos do IPA, ocupantes dos cargos de nível superior, detentores dos títulos de especialização, mestrado ou doutorado, serão enquadrados nas faixas correspondentes ao nível de titulação, conforme a escala crescente a seguir: Especialização (mais 02 faixas de progressão), Mestrado (mais 03 faixas de progressão), Doutorado (mais 05 faixas de progressão)

55.2 Em razão dos prazos observados pelo IPA para o fechamento da folha de pagamento de pessoal, a progressão salarial passará a constar nos contracheques no prazo de 02 meses, contados a partir do requerimento apresentado pelo empregado ao DEGP.

Recife, 27 de maio de 2026

ANTONIO JÚNIOR ANGELIM DOS SANTOS

PRESIDENTE- SINTAPE